

Bresser não fala mais de FMI com políticos

O ministro da Fazenda considera improdutivo discutir essa questão agora, já que a decisão do governo de não ir ao Fundo é “muito firme”.

Porque a volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) “é algo que ainda está muito longe”, o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, quer parar de discutir o assunto com os políticos, por enquanto. A decisão do ministro foi manifestada no início dos debates que se seguiram à sua exposição na Comissão Especial da Dívida Externa. Bresser respondeu às várias perguntas sobre o processo de renegociação da dívida externa, formuladas pelos senadores. O clima morno dos debates só foi quebrado pela intervenção do senador Roberto Campos (PDS-MS) que afirmou, entre outras coisas, que o Brasil perdeu um negociador “arrogante-messiânico” (o ex-ministro Dilson Funaro) e ganhou Bresser, “um racional-onírico, porque tem que prestar contas para um partido que não prima pela coerência”.

O ministro fez um rápido pronunciamento de abertura, relatando sua viagem aos Estados Unidos e a compatibilização do atual processo de renegociação da dívida com o Plano de Controle Macroeconômico. Reafirmou que o País não tem interesse de fechar um acordo com o FMI agora, mas apenas depois de acertar a negociação com os bancos credores privados.

Durante o pronunciamento e nas respostas dadas aos senadores, Bresser deixou claro que os bancos credores ainda condicionam o fechamento de acordos à volta do Brasil ao FMI. Contudo, ressaltou que já ocorre uma ampla discussão internacional sobre formas alternativas de sair da crise, como a conversão de parte da dívida em investimentos. Revelou que o Japão já admite discutir, “oficiosamente”, mecanismos alternativos, como a emissão, pelo Brasil, de títulos que seriam trocados pela dívida, incorporando um deságio, do qual o Brasil se apropriaria em parte.

Bresser foi ágil ao demonstrar sua intenção de não discutir a volta ao FMI. No início da primeira pergunta feita pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), interrompeu seu interpellante, explicando por que preferia adiar a discussão do assunto. A seguir, o ministro pediu desculpas. O tema FMI só foi abordado no final dos debates, quando o senador Aluísio Bezerra (PMDB-AC) perguntou se a volta ao Fundo Monetário “não seria um suicídio”. Bresser respondeu apenas que não concordava com a opinião e insistiu que a volta ainda está muito longe.

“Queda de braço”

O senador Roberto Campos fez uma série de críticas ao ministro da Fazenda, quando o presidente da Comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), lhe concedeu a palavra. Campos, além do “racionalismo onírico” de Bresser, criticou o ministro por estar desenvolvendo uma “queda de braço” com os banqueiros internacionais, que poderá provocar sérias retaliações contra o Brasil.

Campos aconselhou Bresser a não falar mais em **spread** (taxa de risco) zero para o Brasil, “porque isto não existe”. O senador observou que, depois da posição assumida por Bresser em torno do **spread** zero, os bancos credores aumentaram em 0,25% as taxas de risco aos créditos de curto prazo concedidos ao Brasil.

Para Campos, o País também está correndo um “sério risco” se Bresser permitir que os bancos credores classifiquem o Brasil na categoria de “subpadrão” (onde os créditos são considerados de cobrança quase impossível). Alertou que esta classificação deverá ocorrer em 20 de outubro próximo se o Brasil não demonstrar flexibilidade, voltando a pagar simbolicamente parte do serviço da dívida.

Bresser rebateu as críticas de Campos, afirmando que os economistas podem ter divergências, e estas existiam entre ambos, porque PMDB e PDS são “partidos diferentes”. Não concordou com a classificação de “racionalista onírico”. Disse que não acredita em retaliações dos bancos, porque não interessaria às partes e porque o Brasil conseguirá fechar um acordo com estas instituições. Lembrou que os bancos também não estão interessados em enquadrar o Brasil na categoria de “subpadrão” e que isso ajudará no processo de negociação.

Pagar e crescer

O ministro da Fazenda explicou ainda que a idéia básica do governo assenta-se na compatibilização entre o serviço da dívida e o crescimento do País com base no Plano de Controle Macroeconômico, que ele diz considerar viável apesar da opinião de algumas correntes de economistas para os quais é impossível o Brasil crescer e, ao mesmo tempo, obter um superávit comercial de US\$ 10 bilhões, enquanto paga os juros da dívida.

Ao defender a viabilidade do Plano Macroeconômico “desde que haja sacrifício do País”, o ministro apontou que o Brasil precisaria obter dos bancos privados cerca de US\$ 7,2 bilhões nos próximos dois anos para financiamento de juros. Nesse período — esclareceu — o Brasil deve pagar US\$ 11 ou US\$ 12 bilhões e, para a execução do Plano, seria também necessário um **spread** zero. A soma desses fatores daria os meios de equacionar o crescimento com o pagamento dos serviços da dívida, até permitindo que o País saísse da moratória, segundo Bresser havia explicado às autoridades norte-americanas e aos bancos credores.

Um dos motivos apresentados por Bresser Pereira para não ir logo ao FMI é sua convicção de que o País não poderia acertar um acordo com o Fundo, por causa da decisão “muito firme” do governo brasileiro de proteger as reservas cambiais. A fórmula do FMI, disse, causaria a redução dessas reservas, num momento em que o presidente José Sarney já orientou a Fazenda a se esforçar para que elas se estabilizem em torno de US\$ 6 bilhões.

As reservas estão hoje abaixo dos US\$ 3,9 bilhões disponíveis dia 20 de fevereiro passado, data em que o governo decretou a moratória parcial, revelou o ministro da Fazenda. Disse que elas continuaram baixando mesmo depois da moratória e atingiram o nível mínimo próximo dos US\$ 3 bilhões. Mas garantiu que agora as reservas voltaram a crescer, com a melhoria da balança comercial brasileira.

Tranquilizando os senadores, Bresser informou que as reservas devem apresentar crescimento constante daqui para frente e lembrou que, com a “pequena maxidesvalorização” adotada logo após assumir a Fazenda, conseguiu reativar as exportações. Prometeu que o superávit comercial de US\$ 8,6 bilhões para 1987 será atingido, o que preservará as reservas cambiais e a soberania do País no processo de renegociação da dívida externa.

As reservas cambiais do Brasil chegaram a registrar confortáveis e seguros níveis entre US\$ 8 e US\$ 9 bilhões até junho do ano passado, quando o excesso de demanda provocado pelo Cruzado I reduziu os níveis de exportação e os superávits comerciais. Por tanto, a “sangria” das reservas cambiais só foi estancada um ano depois.



Bresser: pouca disposição para discutir a questão da dívida e otimismo quanto ao crescimento das reservas cambiais.

Fiesp prega a ida ao FMI, em nome do crescimento.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, criticou ontem as posições contrárias a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmando que o xenofobismo pode levar ao sucateamento do parque industrial brasileiro. “Identificar a simples ida ao FMI com a submissão, antes de qualquer negociação objetiva, é simplesmente tumultuar a situação”, disse Amato, argumentando que essa atitude contribui para “deixar o Brasil à margem da grande arrancada do final do século”.

Essas observações foram feitas pelo presidente da Fiesp, ao abrir, em Brasília, o painel “Concentração Industrial e Formação de Preçosna Indústria Brasileira” durante a realização do 1º Seminário Nacional sobre Abuso do Poder Econômico, promovido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mário Amato ressaltou que, se o governo brasileiro optar pelo crescimento econômico, como sugere o Plano Bresser, “devemos tentar um acordo que nos favoreça e nos possibilite honrar os compromissos, sem provocar a exaustão do nosso potencial e sem violentar a nossa soberania”.

Com relação à proposta de conversão da

Fotos: Alencar Monteiro.